

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Brasileiro

Class.: \_\_\_\_\_

Data: 15.08.85

Pg.: \_\_\_\_\_

### 4468 Governo quer conflito, diz Cimi

"O agravamento do conflito entre os índios Kaingang e os colonos em Santa Catarina é cronológico", disse ontem o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Brandt. Ele denunciou que os Ministérios do Interior e da Reforma Agrária (Mirad) "fazem o jogo do empurra-empurra", não assumindo responsabilidades, e acrescentou que "qualquer conflito violento na área será por culpa do governo".

Brandt denunciou, ainda, que o governo tenta agora uma solução que "seria uma verdadeira inversão da lei". Revelou que o secretário-geral do Interior, Maurício Vasconcelos, defendeu, em conversa telefônica com o bispo de Chapecó, Dom José Gomes, uma ação judicial para anular os títulos dos colonos que vivem na área, embora pelo artigo 198 da Constituição sejam nulos todos os títulos incidentes sobre áreas indígenas, estejam demarcadas ou não.

A medida pretendida pela Funai, tem também o inconveniente de representar uma solução demorada, conforme lembrou o secretário do Cimi. Ele alertou que "a situação social é tão tensa, tão dramática, que não permite esse tipo de medida", e voltou a acusar o governo: "Pela maneira como as autoridades estão administrando o con-

flito, parece que esperam que o índio inicie a violência para justificar a transferência e outras violências contra eles".

Os 90 kaingang pleiteiam uma área de 1.800 hectares, já reconhecida pelo Grupo Interministerial encarregado de definir as terras indígenas, enquanto esperam confinados em cerca de 120 hectares. Os colonos, entretanto, que segundo Brandt seriam em torno de 120 e não mil como vem sendo divulgado, estão invadindo as roças dos índios, em provocação, e se encontram fortemente armados, apesar de várias tentativas junto ao Ministério da Justiça para que a Polícia Federal os desarme.

A crise se arrasta há cerca de 4 anos e na época da sucessão presidencial, com o fim do regime militar, os Kaingang vieram para Brasília, onde permaneceram por três meses, à espera de uma solução. "O governo várias vezes estabeleceu prazos para resolver o problema e não os cumpriu", disse Antônio Brandt, acrescentando que o Mirad chegou a negociar a redução de área pretendida pelos índios para 1.200 hectares e os Kaingang aceitaram, sem abrir mão do direito de continuar lutando pelos outros 600 mil hectares. O acordo, no entanto, não se concretizou.